



CERTIFICADO Nº 5910 LICENCIAMENTO AMBIENTAL CONCOMITANTE

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Triângulo Mineiro, no uso de suas atribuições, com base no art. 42, inciso X da Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019, de acordo com o art. 51, seu §1º, inciso I, do Decreto nº 47.787, de 13 de dezembro de 2019, e art. 8º, inciso II e seu §1º, inciso II, da Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 6 de dezembro de 2017, concede à empresa abaixo relacionada Licença Ambiental Concomitante, LAC2, em conformidade com normas ambientais vigentes, condicionantes impostas e fases indicadas a seguir:

FASES : LP+LI

Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : METROPOLITAN PARTICIPACOES LTDA

CNPJ/CPF : 21.602.340/0001-62

Empreendimento : Metropolitan Bussiness Center

Endereço da Pessoa Física ou Jurídica : Rua Rio de Janeiro número/km 353 102 Bairro Brasil Cep 38400-658 Uberlândia - MG

Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:

Uberlândia (LAT) -18.8496, (LONG) -48.2271

Fator locacional resultante : 1

Classe predominante resultante : 3

Processo Administrativo Licenciamento : 5910/2021

Código e Descrição da(s) Atividade(s) Principal(is) :

Código	Descrição	Parâmetro	Qtde	Unidade
E-04-02-2	Distrito industrial e zona estritamente industrial, comercial ou logística	Área total	47,51	ha

Com condicionantes listadas no anexo.

Validade de 6 ano(s), com vencimento em 20/06/2028.

Certificado emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018, com base nas informações prestadas pelo empreendedor e pelo(s) responsável(is) técnico(s) pelo(s) estudo(s) apresentado(s).

Uberlândia, 20/06/2022.

Documento assinado eletronicamente por KAMILA BORGES ALVES, Superintendente, em 20/06/2022 11:05 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

- Esta licença não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SEMAD-Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável



CERTIFICADO Nº 5910 LICENCIAMENTO AMBIENTAL CONCOMITANTE

Autorização para intervenção ambiental

Processo SEI! 1370.01.0029118/2021-75

Outorga de Direito de Uso de Recursos

Portarias IGAM nº 1907172/2020 de 15/09/2020 e nº 1907176/2020 de 15/09/2020





CERTIFICADO Nº 5910 LICENCIAMENTO AMBIENTAL CONCOMITANTE

Condicionantes

Condicionantes Comuns às Fases de LP e LI

- 01 - Comunicar previamente a esta Superintendência perspectivas de diversificação, modificação ou ampliação do empreendimento, a fim de ser avaliada a necessidade da adoção de procedimentos específicos. Prazo: Durante a vigência da licença;
- 02 - Comprovar, por meio de relatórios técnicos e fotográficos, o plantio e o desenvolvimento das mudas de espécies nativas na área que receberá os plantios propostos no PTRF, referente à compensação por intervenção em APP, e a situação de recuperação da área, conforme descrito no item 6.2 deste parecer. Prazo: Anualmente, até o último dia do mês de março de cada ano;

Condicionantes Específicas da Fase de LI

- 03 - Apresentar projeto de dimensionamento do sistema de tratamento de efluentes sanitários (canteiro de obras), de acordo com as legislações e normas técnicas aplicáveis, com a garantia que o sistema atenda apenas ao esgotamento (efluentes) de natureza sanitária, acompanhado de ART do responsável técnico. Caso sejam usados banheiros químicos, em vez de sistema de tratamento específico, apresentar ofício e cumprir monitoramento especificado no 2.1 do anexo II. Prazo: Antes do início da instalação do empreendimento;
- 04 - Apresentar anuência/regularização da concessionária para acesso no km 003+900-MG do Anel Viário Ayrton Senna. Obs.: Caso haja necessidade de intervenção ambiental para regularização do acesso, deverá apresentar Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental – DAIA, emitido pelo IEF. Prazo: Antes do início da instalação do empreendimento;
- 05 - Apresentar relatório técnico e fotográfico das instalações do canteiro de obras, especificando as medidas mitigadoras adotadas para gestão de efluentes e resíduos sólidos. Prazo: Antes do início da instalação do empreendimento;
- 06 - Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes. Prazo: Durante a instalação do empreendimento;
- 07 - Apresentar relatório técnico e fotográfico do monitoramento das medidas de contenção de processos erosivos, de limpeza dos dissipadores, e umectação das vias de tráfego. Prazo: Semestralmente, durante a instalação do empreendimento;
- 08 - Apresentar a comprovação do término da instalação do empreendimento, por meio de relatório técnico descritivo e fotográfico de cumprimento das condicionantes referentes a esta fase, bem como da efetiva implantação dos sistemas de controle ambiental apresentados. Obs. 1: O relatório deve estar acompanhado do Termo de verificação da execução das obras exigidas pela legislação pertinente ao assunto, emitida pela Prefeitura Municipal. Obs.2: A instalação do empreendimento deverá ser concluída, impreterivelmente, no prazo máximo de 6 (seis) anos, sob pena de revogação da licença. Prazo: Na formalização da Licença de Operação;
- 09 - Apresentar relatório técnico e fotográfico que comprove a implantação do isolamento das APPs com cercamento de arame liso, aceiros, portões e instalação de placas de advertência quanto à proibição de disposição de resíduos sólidos, supressão e queimadas. Prazo: Na formalização da Licença de Operação;
- 10 - Comprovar a desmobilização do canteiro de obras, principalmente quanto à questão da desativação da fossa séptica, caixas SAO e depósito de resíduos. Todos os resíduos ou efluentes provenientes da desmobilização devem ser destinados de acordo com as normas ambientais vigentes. Prazo: Na formalização da Licença de Operação;
- 11 - Apresentar projeto urbanístico que demonstre a locação dos dispositivos de tratamento de efluente sanitário de cada lote, levando em conta o atendimento às premissas mínimas estabelecidas na NBR 7229 e NBR 13969, quais sejam: - O número máximo instalável de sistema tanque séptico-vala de infiltração deve ser limitado a 10 unidades/ha; - Devem distar 1,50 m de construções, limites de terreno, sumidouros, valas de infiltração e ramal predial de água; - Devem distar 3,0 m de árvores e de qualquer ponto de rede pública de abastecimento de água
- Devem distar 15,0 m de poços freáticos (existentes e previstos- abastecimento do loteamento) e de corpos de água de qualquer natureza; - Deve possibilitar as operações de limpeza pelo caminhão limpa fossa. Obs.: Caso seja identificada a impossibilidade de implantação de sistemas de tratamento individuais, deverá apresentar alternativa técnica para tratamento dos efluentes domésticos ou alteração de projeto



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SEMAD-Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável



CERTIFICADO Nº 5910 LICENCIAMENTO AMBIENTAL CONCOMITANTE

Condicionantes
urbanístico; Prazo: Na formalização da Licença de Operação.

